

A transformação que o País necessita!

Mello-Sampayo, V., PhD, Bolonha Expert

Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Bolonha está no centro do desenvolvimento da Área/Espaço Europeu de Ensino Superior, julgo que Portugal lhe pertence. Será que estou equivocado?

Bolonha é centrar o ensino superior no estudante, o estudante é o futuro capital humano da Europa, a Europa está preocupadíssima com o seu futuro e a Europa sabe que o seu futuro depende, essencialmente da qualidade dos resultados da Área Europeia de Ensino Superior. Senhores Deputados, tenho muita dificuldade em encontrar essa preocupação em todos estes articulados, incluindo, os seus preâmbulos.

O comboio da modernidade do ensino superior europeu teve uma clara preocupação com os seus resultados na década de cinquenta do século passado quando a Grã-bretanha centrou o principal papel do ensino superior na investigação, aquela que fosse claramente útil para a nação, no fim da década de sessenta, também do século passado, centrou a Ensino Superior no estudante. Compreendeu, também, que os estudantes estrangeiros teriam um papel importantíssimo para o seu sucesso. Embora tivesse alguma utilidade não entrarei nos detalhes desse processo.

Esse mesmo comboio passou por Paris no fim da década de sessenta e no início da de setenta por Coimbra.

No país da primeira estação revelou-se eficaz.

O processo de evolução do ensino superior é permanente. Assim, na década de oitenta do século passado, o governo britânico deu um salto, contra tudo e contra todos. Esse salto possibilitou ver a Grã-bretanha como o país europeu de referência, não será o único, mas segundo o mais alto responsável pelo sector em Portugal, é uma espécie de paradigma da transformação actual do ensino superior português.

O governo britânico transformou os Politécnicos, que eram muitos, em Universidade, atribuiu-lhes as mesmas atribuições e prerrogativas que das universidade existentes. Depois de algumas disfunções iniciais, o processo revela-se, uma década e meia depois de adaptação, com resultados muito positivo, pois colocou os muitos dos politécnicos, agora universidade, entre as melhores britânicas, sendo algumas dadas como exemplo. Refiro duas, a de Surrey que em dez anos tem mais de 2500 empresas a colaborar estreitamente com docentes, investigadores, estudantes e colaboradores não docentes, com uma taxa de empregabilidade no fim do primeiro ciclo de graduação acima dos 90%. Também a Universidade Metropolitana de Londres que integrou duas Universidade resultantes de dois Politécnicos, hoje, após algumas dificuldades é também uma da referência internacional - tudo resultou da sua política estratégica - tem, em cerca meia dúzia de anos, sessenta por cento de estudantes estrangeiros. Devemos recordar que estudante estrangeiro e estudante europeu, que inclui o britânico, têm significado diferente, os europeus da Comunidade Europeia são considerados britânicos, as propinas são substancialmente diferentes. Os estrangeiros pagam cerca de três vezes e meia a propina da dos britânicos.

Este comboio continua a não ser o comboio de Portugal, pois a reestruturação do sector do ensino superior não coloca o estudante no seu centro.

Portugal tem que colocar o estudante no centro do processo da sua transformação do actual sistema. Esta lei não o proporciona, portanto não estamos a tomar o comboio correcto, talvez o de há quatro décadas. Por outro lado, não estamos a cumprir a Europa.

A transformação que o País necessita!

Mello-Sampayo, V., PhD, Bolonha Expert

A actual transformação coloca a investigação no seu centro e é a sua motivação para a transformação, não apela à contratualização de estudantes estrangeiros, não trata os estudantes portugueses comparativamente aos seus pares europeus, por diversas razões. Os apoios aos estudantes e suas famílias são escassos quando comparados com os da Grã-bretanha, desiguais e desigualmente repartidos entre cidadãos portugueses. Todos os cidadãos estudantes ou candidatos ao ensino superior, têm que percorrer o mesmo caminho e obedecer aos mesmos critérios e requisitos, mas não recebem o mesmo tratamento. Não é, nem justo, nem constitucional, nem próprio dum país democrático que estabeleça iguais deveres e direitos para todos os cidadãos.

Senhores Deputados, para bem de Portugal e dos Portugueses recentrem o processo de transformação do sistema de ensino superior do país de modo a apanharmos o comboio da modernidade. Recusem tomar o comboio que nos coloca nos anos cinquenta, impróprio ao país que desejamos ser. Há necessidade e também oportunidade de darmos alguns saltos como a Grã-Bretanha. Abram essa oportunidade, os portugueses merecem e querem-no.

Por outro lado o Ensino superior português tem que responder à questão actual aqui mas velha na Grã-bretanha:

Que pode o Ensino Superior Português fazer pelo seu País?

Face à resposta a esta questão, que se requer pró-activa e beneficiadora do país concreto, devemos então responder à questão que o Ensino Superior beneficiador do erário público insiste e persiste em colocar:

Que pode o País fazer pelo Ensino Superior Estatal?

Esta questão é a que mais se revela nas preocupações dos quadros superiores do sistema estatal de ensino superior, é a que mais ouvimos, quase em contínuo. Responder-lhe só após o País saber o que vai efectivamente a Universidade fazer pelo seu País.

Por outro lado não parece que a actual autonomia impossibilite o uso das prerrogativas dessa autonomia, a liberdade de prestando de serviços ao exterior percebendo meios materiais para fazer face às suas despesas e ao seu desenvolvimento. Por outro lado a prestação de contas perante a sociedade em geral não segue o princípio da comparabilidade, pois as regras não são iguais para todos, os pressupostos são diferentes, e têm que passar a ser iguais para poderem ser comparáveis.

A mescla de interesses e interessados, de decisores e de destinatários das decisões, tal como prevê a lei não conduz a bons resultados. A proposta de lei não afasta os decisores dos que beneficiam das decisões, os interesses mesclam-se com as decisões e seus destinatários. Assim, não haverá a mudança que o País precisa e nem a que se comprometeu a pôr em prática.

Ao analisarmos o processo de avaliação, que se desenvolveu no País, apesar de ter sido globalmente positivo, verificamos que encontramos diversas disfunções. Talvez, também resultante daquela mescla de interesses. Todo e qualquer agente da qualidade sabe que o motivo primeiro da acção resultante da qualidade são os resultados. Imagine-se, entre os dezasseis itens conclusivos do processo de avaliação externa que só um dizia respeito aos

A transformação que o País necessita!

Mello-Sampayo, V., PhD, Bolonha Expert

resultados, e mesmo esse não directamente. O processo tinha como meta mostrar que os que receberam os meios estatais para o desenvolvimento do ensino superior tinham melhores meios que os que recorriam aos meios privados. Apesar disso não o conseguiu fazer cabalmente, tendo em alguns casos chegado a resultados não favoráveis ao sistema universitário.

Ora a qualidade tem que se centrar nos resultados. A qualidade dos resultados traduz-se na qualidade do capital humano colocado ao serviço de Portugal. É exactamente isso que desejamos para Portugal e para os Portugueses.

É claro que os recursos humanos do ensino superior estatal terão que recentrar as suas preocupações nos resultados, o estudante tem que passar a ser o motivo da sua acção. Ora esta lei não preconiza esse caminho, nem incentiva ao seu recentramento nem aponta a direcção, e devia fazê-lo claramente.

A proposta de lei abafa os politécnicos, estas instituições têm desempenhado um papel relevantíssimo para as regiões onde estão instalados e também para o País. O caminho apontado na proposta de lei não se conforma com as conclusões do estudo que Portugal encomendou à OCDE.

Embora não sendo claro que as conclusões do estudo da OCDE estejam em conformidade com o que foi dito, demonstrado e levantado para a equipa que o fez, pois assisti a três das reuniões, não o posso atestar com firmeza, mas não é claro que as conclusões apontem para diminuição do papel dos politécnicos, antes parece que reforça o seu papel como agentes do desenvolvimento de competências e também de criação de saber.

Senhores Deputados, não possibilitem a transformação dos actuais politécnicos em centros menores, tipo escola técnica, pois o seu papel revelou-se e revela-se essencial.

Num estudo que acompanho como orientador, relativo às qualidades percebidas e expectáveis em unidade hoteleiras de quatro e cinco estrelas numa região muito relevante para o turismo, fica claro que o único factor, entre mais de duas dezenas que revela-se positivo, é a qualidade dos recursos humanos dessas unidades hoteleiras, todos os outros factores apresenta-se negativos, provavelmente, por a acção de marketing abrir expectativas superiores às possibilidades de fornecimento do serviço.

É de ressaltar que o factor qualidade dos recursos humanos é o que se revela positivo. A grande maioria destes recursos é resultado do ensino politécnico.

Senhores Deputados, recentrem as vossas decisões, no que é realmente importante para o Capital Humano do País, este é o que poderá trazer bem-estar a todos, reflectam bem nesta realidade, pois hoje o global sobrepõe ao regional ou ao nacional, mas é aquele que através deste que proporciona bem-estar aos nossos concidadãos.

Minhas Senhoras e meus Senhores, Senhores Deputados, recentrem a acção destas propostas de lei nos estudantes que são aqueles de quem se espera a qualidade que nos traga bem-estar. Inspirem-se no País de referência, como diz o responsável governativo máximo do País, a Grã-bretanha, tragam para a proposta de lei a igualdade de cidadania para os portugueses que a nossa lei fundamental preconiza. Iguais deveres e iguais direitos sempre como

A transformação que o País necessita!

Mello-Sampayo, V., PhD, Bolonha Expert

preconiza a lei fundamental, em liberdade, que é de facto fundamental, para a liberdade de escolha.

Um outro aspecto que na Grã-bretanha está na ordem do dia é o acompanhamento do estudante para além das graduações obtidas no ensino superior, esse acompanhamento possibilita os feedback's, as melhorias que se desejam para os resultados do ensino superior e a muito desejada relação com o mundo empresarial.

As boas práticas devem ser replicadas.

Quem não tem a capacidade de escolher em liberdade não tem a capacidade de responder, responsabilmente, aos desígnios que se esperam dos cidadãos livres e responsáveis.

Muito agradeço a vossa atenção.

Mello-Sampayo, Bolonha Expert / Promoter

Olhão, 07.07.07

Nota: Há dias, o novo presidente do Banco Mundial lembrava: "A corrupção é um cancro que rouba aos pobres, corrói a governação e a fibra moral e destrói a confiança.", J. Público, 2007.07.08.p11.